

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT26 - PENSAMENTO SOCIAL LATINOAMERICANO

**NOVA CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL E SEUS
DESDOBRAMENTOS DO PONTO DE VISTA DAS FORMULAÇÕES
ORIGINAIS ACERCA DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA**

Marisa Silva Amaral*

IPE-FEA/USP

E-mail: ms.amaral@yahoo.com.br

Resumo

Três eixos de discussão são propostos neste trabalho. O primeiro é o de que, especialmente a partir dos anos 1970-1980, o capitalismo teria ingressado numa nova fase, destacando-se a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital neste período. Daí emerge o segundo eixo, com a compreensão de que tal desenvolvimento do sistema capitalista – no sentido de processualidade e não de avanço – leva a uma redefinição/ampliação daqueles que seriam os traços essenciais do imperialismo contemporâneo, constituindo-se, por isso, uma nova fase do imperialismo, a partir da qual insurge o terceiro eixo: entendendo a teoria da dependência como um complemento necessário às teses do imperialismo, se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência. O presente trabalho pretende situar a discussão em torno dos dois primeiros eixos, assumindo o terceiro como o objetivo final de uma agenda de pesquisa mais ampla.

* Mestre em Economia pelo IE/UFU e Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pelo IPE-FEA/USP. Agradece o apoio do CNPq e da CAPES (Processo BEX-3022/10-2).

1. Introdução: falando de imperialismo e de dependência

A teoria clássica do imperialismo é inaugurada a partir do trabalho de John Hobson (1902), que exerceu enorme influência sobre as principais contribuições marxistas acerca do tema. Quanto a estas, nos referimos aqui aos trabalhos de Rudolf Hilferding (originalmente publicado em 1910), Rosa Luxemburgo (1912), Karl Kautsky (1914), Nicolai Bukhárin (produzido em 1915 e publicado em 1917) e Vladimir Lenin (escrito em 1916 e publicado em 1917), adquirindo maior importância para o estudo aqui proposto os escritos de Hilferding (*O Capital Financeiro*), Lenin (*Imperialismo, fase superior do capitalismo*) e Bukhárin (*A Economia Mundial e o Imperialismo*), posto que se dedicam a apontar as características essenciais do capitalismo (convertido em imperialismo) naquele momento histórico presente no escopo de sua análise, isto é, o período que se estende de 1860 até o ano de publicação de suas respectivas obras.¹

Tais características podem ser sintetizadas a partir de Lenin (op. cit., p. 90), que as identifica como os cinco traços fundamentais do imperialismo, tal como segue:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e
5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Esta caracterização o leva a definir o imperialismo como

¹ Há aqui uma completa imprecisão de nossa parte, uma vez que as principais ideias de Lenin, Hilferding e Bukhárin são ainda válidas para explicar o momento atual, mesmo que com algumas insuficiências decorrentes do fato de que o capitalismo teve um século de história após a publicação dessas análises e, portanto, um século de transformações em sua estrutura de funcionamento. Isto, evidentemente, seguindo o método marxista da necessária fusão entre os planos concreto e abstrato, exigiria alterações na teoria que se propõe a explicar a realidade, de modo que não poderíamos desejar simplesmente reproduzir no presente, de maneira linear, os apontamentos realizados por aqueles teóricos clássicos. A essas questões, nos dedicaremos com mais cuidado adiante.

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, op. cit., p. 90).

Como complementação necessária à teoria do imperialismo, surge a teoria da dependência em meados da década de 1960 (entre 1964-67), num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Como bem assinala Sotelo Valencia (2007, p. 29), os pressupostos doutrinários e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

[...] fueran insuficientes para caracterizar al mundo que se desarrollaba en la periferia del sistema capitalista dominante, particularmente en su función histórica para viabilizarlo. Es de esta manera que el ‘concepto’ dependencia [...] representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo para dar cuenta de la naturaleza de las sociedades que se desarrollan de manera subordinada en la periferia del sistema, como es el caso de América Latina,

embora, devemos reconhecer, Lenin, Bukhárin e o próprio Hobson tenham apontado em suas discussões sobre o imperialismo aquelas que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência, quais sejam: o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas.

Tais intuições, no entanto, não avançaram para além do plano empírico, limitando-se à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos – esforço que, diga-se de passagem, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abre as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo –, sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial, deixando à teoria da dependência, portanto, o espaço para levar a cabo essa construção.

A proposta da teoria da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados

periféricos. Deste modo, é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência.² Em outras palavras, o que nos parece é que o objetivo dos teóricos clássicos do imperialismo era o de analisar as alterações ocorridas no sistema capitalista como um todo e o objetivo da teoria da dependência, complementarmente, era o de verificar como a lógica imperialista se reproduzia na periferia a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior, construindo categorias teóricas específicas que dessem suporte a essa investigação.

Seguindo essa linha, a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “*visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento*”, que considerava que o “*‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização*” (DOS SANTOS, 2000, p. 21).

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países “avançados” se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades.

Nessas circunstâncias, as ideias centrais defendidas pela teoria da dependência – aparentemente comuns a todas as correntes teóricas que a conformam –, segundo a sistematização elaborada por Blomström & Hettne (1990, p. 15), passam por quatro pontos específicos. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados. O segundo

² Autores como Cueva (1974) e Castañeda & Hett (1978) advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não cabe aqui discutir a validade dos argumentos, mas vale mencionar que um importante rebatimento a esta desqualificação foi oferecido por Marini (1990).

contempla a ideia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto refere-se ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Em sua vertente mais crítica – denominada teoria marxista da dependência (TMD) – representada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Samir Amin e outros, a visão é a de que, no âmbito do processo de integração das economias nacionais ao mercado global, as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho³ (MARINI, 1991).

Desenvolvendo melhor o argumento, Marini (2000) esclarece que a acumulação de capital no interior dos países dependentes assume características próprias. Em primeiro lugar, ela é caracterizada, em nível doméstico, pela existência de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como consequência de relações desiguais em termos do intercâmbio entre nações dependentes e centrais e dos mecanismos de transferência de valor reforçados por relações dessa natureza. Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude que

³ Como será discutido mais adiante, a categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial. Retornaremos este ponto com mais cuidado na sequência.

torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho, “*o que implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho*” (CARCANHOLO, 2004, p. 11). Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica, necessariamente, uma distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini (2000) nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia⁴ (aquilo que Marini chamou de “capitalismo *sui generis*”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras, “*a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho*” (MARTINS, 1999, p. 128).

⁴ Este termo precisa ser esclarecido para evitar possíveis incompreensões. Com “capitalismo incompleto” pretendemos dizer apenas que o processo de acumulação na periferia é temporariamente obstruído pelas remessas de recursos ao exterior. A temporalidade é dada justamente pela maior ou menor capacidade que o capitalista periférico tem de recorrer aos mecanismos de superexploração do trabalho para dar continuidade ao processo e seguir acumulando. Em nenhum momento pretendemos afirmar, com isso, que na periferia temos um capitalismo pouco avançado ou pouco desenvolvido – em termos de processualidade, para que fique claro. Ao contrário, é justamente o avanço das relações capitalistas num nível global mais geral e no interior das estruturas periféricas, em específico, que determina a constituição de relações de dependência, intransponíveis dentro dos marcos do capitalismo, diga-se de passagem, dado que são características próprias deste sistema.

A categoria superexploração do trabalho é, portanto, específica do tipo de desenvolvimento periférico e, conforme já antecipado, refere-se à “violação” do valor da força de trabalho nessas economias como consequência direta das relações desiguais em termos de intercâmbio às quais são submetidas.⁵ Sua ocorrência se daria sob quatro formas principais⁶ – atuando de maneira isolada ou combinada: i) o aumento da intensidade do trabalho; ii) a prolongação da jornada de trabalho; iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador então convertido em fundo de acumulação capitalista, isto é, a queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho; e iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem correspondente incremento salarial.

Para além da categoria superexploração do trabalho, Marini (1977, p. 17) formula também o conceito de subimperialismo, definindo-o como

[...] la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza.

⁵ Vale mencionar que Osório (2009), além de compartilhar da ideia de que a superexploração do trabalho envolve a violação do valor da força de trabalho, complementa que esta é uma categoria que tem sido exportada para os países do centro, tese com a qual parece concordar Sotelo Valencia (2009). Estas interpretações apontam para a necessidade de retomar e reexplicar o próprio conceito de superexploração, bem como as extrapolações possíveis desse conceito para além daquele que o toma como uma categoria específica dos países periféricos.

⁶ As três primeiras formas de superexploração são apreendidas diretamente de Marini (2000). A quarta forma representa um avanço possível em relação às anteriores e está relacionada à ideia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social e, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor sobe e, se não é pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho.

Trata-se do desenvolvimento de “centros medianos de acumulação” ou de “potências capitalistas medianas” (MARINI, 1977, p. 8) que se formam como resultado da expansão, diversificação, integração e consequente concentração da indústria manufatureira em escala mundial. Esse movimento é consequência de um intenso processo de internacionalização da indústria manufatureira (e, portanto, de sua desnacionalização) em alguns países tidos como centros medianos de acumulação, seja através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) – consolidados especialmente via operações de fusão e aquisição por parte de grandes grupos multinacionais (ou transnacionais como preferem alguns analistas) –, seja por meio dos laços tecnológicos e financeiros que ligam empresas de propriedade nacional ao capital externo.

O ponto chave destacado por Marini (1977) é o de que tal processo, iniciado no período do pós-guerra, vai tendendo, ao longo do tempo, a priorizar as indústrias vinculadas à produção de bens de consumo suntuário, destinados às classes de mais alta renda. Este é o caso, por exemplo, do crescimento da indústria de automóveis de passeio e indústrias relacionadas, tais como as de materiais de transporte, química e metalúrgica. Por outro lado, a tendência verificada do ponto de vista da classe trabalhadora é: i) a ampliação do exército industrial de reserva (EID), dada por uma composição orgânica do capital mais elevada nas indústrias que se desenvolvem nesse período; e ii) o rebaixamento salarial, por conta das pressões exercidas pelo EID e também em função de uma queda do poder de compra do salário mínimo percebida nas análises que se referem ao período em questão.

Nestes termos, percebe-se que a indústria que se desenvolve no interior dos tais centros medianos se depara com problemas de realização decorrentes do não desenvolvimento ou da não ampliação do mercado interno de massas, fazendo-se evidente a necessidade de ampliação dos mercados e, portanto, a abertura do comércio ao exterior pela via das exportações de produtos manufaturados, encabeçadas especialmente por empresas estrangeiras, algo que ganha importância especialmente a partir da segunda metade da década de 1960.

O que é particularmente interessante é o fato de que essa prática de exportação de capitais é também válida para recursos provenientes da esfera financeira. É exatamente este o caso dos eurodólares que, em busca de expandir seus espaços de realização,

passam a ingressar nas economias latino-americanas a partir da década de 1970, especialmente sob a forma de empréstimos externos com o objetivo de financiar planos de investimento na indústria nacional desses países. Ocorre que, na impossibilidade de assimilar o alto montante de recursos ingressantes pela via produtiva, esses capitais precisaram ser reintegrados ao movimento internacional de capitais, consolidando a entrada de alguns países subimperialistas latino-americanos, em especial o Brasil, na etapa da exportação de capitais.

O subimperialismo, então, pode ser entendido como uma forma de “compensar”, no plano interno (isto é, nas relações entre países dependentes), as perdas sofridas nas relações estabelecidas em nível mundial entre nações subordinadas e centrais. Trata-se de uma espécie de ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à lógica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da dependência. Grosso modo, trata-se de uma espécie de imperialismo dependente, uma vez que os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das relações que estabelecem no plano mais geral.

Portanto, percebe-se que a noção de subimperialismo deixa ainda mais evidente a ideia de complementaridade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo. A isto nos referíamos quando, anteriormente, dissemos que a teoria clássica do imperialismo não havia se detido num tratamento categorial acerca da situação vivida pelos países periféricos nos marcos do “capitalismo imperialista” e que, assim sendo, não havia dado conta de situações bastante particulares vividas no seio das estruturas periféricas do capitalismo mundial.

Feita esta recuperação acerca das teses clássicas sobre o imperialismo e da teoria da dependência em sua versão marxista, passamos à nossa proposta de discussão propriamente dita.

2. Falando de financeirização como o traço distintivo da nova fase do capitalismo

Muitas têm sido as críticas dirigidas às interpretações sobre o capitalismo contemporâneo que conferem à esfera financeira um papel de destaque e que, por isso, defendem aquilo que se convencionou chamar processo de financeirização da economia. Tais apontamentos rebatem a percepção de que o mundo vem atravessando uma mudança sistêmica desde a crise da década de 1970 e que essa mudança é justificada, emblematizada ou, melhor, caracterizada pelo processo de financeirização. Como esta última é a nossa percepção,⁷ não poderíamos deixar de iniciar nossa discussão nos reportando às críticas para, a partir delas, tentar comprovar que, de fato, estamos diante de mudanças estruturais e irreversíveis da ordem vigente, sem que esta assertiva nos leve a um afastamento do escopo teórico marxista como implicitamente se sugere em algumas das críticas.

Uma importante pontuação lançada sobre tal teorização é aquela desenvolvida por teóricos que defendem a validade dos ciclos longos de Kondratiev. Para tais analistas não se pode identificar a prevalência de um processo de acumulação financeira uma vez que, desde 1994, vêm sendo registradas importantes taxas de crescimento do PIB mundial, marcando a ascensão de um novo Kondratiev. Uma questão que pode ser levantada a partir da análise de Brenner (2003) é: com base no que a economia mundial tem crescido: num real crescimento da lucratividade ou na fantasia de uma situação como a criada pelas especulações no mercado de ações através da alta de seus preços? Neste sentido, Brenner não nega que houve um crescimento do dinamismo econômico na década de 1990, especialmente de 1993 a 2000. O ponto é que ele entende que esse ganho de dinamismo foi possibilitado pelo mercado de valores, que, por sua vez, cresceu guiado não por lucros potenciais crescentes, mas por ganhos especulativos potenciais crescentes proporcionados pela subida nos preços das ações (Ibid., p. 297). Ademais, é preciso acrescentar a questão da expansão do crédito e o conseqüente endividamento das famílias como um aspecto crucial para a sustentação do crescimento econômico no período em questão.

A luz, portanto, não deve ser jogada sobre o crescimento do PIB, mas sobre as forças que conduzem a tal crescimento. Quando tal expediente é adotado, parece ficar

⁷ O brutal crescimento da riqueza fictícia, analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros, relativamente à renda real mundial no período compreendido entre 1980 e 2006 (o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292%, de acordo com dados da *McKinseys Global Institute* e do FMI, elaborados por Paulani, 2009) justifica em grande medida essa nossa adesão e aproximação às teses da financeirização.

evidente que, de fato, “a partir do final de 1997, o mercado de ações veio a exercer (...) um maior impacto na economia real do que a economia real no mercado de ações” (BRENNER, 2003, p. 253).

Mesmo nos valendo da análise de Brenner para contrapor essa noção de que o processo de financeirização não pode ser válido em razão de um maior vigor do setor produtivo mundial, iniciado em meados da década passada como argumentam os teóricos da “escola dos ciclos longos” – se é que assim podemos chamá-los –, o fato é que, como atestam Duménil e Lévy (2004) e Lapavistas (2011), não há nada que impeça um inchaço da esfera financeira em concomitância com um crescimento do produto, como é, em verdade, o que ocorre.

Outra linha de argumentação oposta às teses da financeirização se baseia na ideia de que a explosão financeira é uma dinâmica própria dos ciclos capitalistas, sendo intensificada nas fases ascendentes do ciclo justamente porque, nestes momentos, há um incremento da importância do capital fixo no capital total. Ou seja, na medida em que o capitalismo se desenvolve, cresce a participação do capital fixo em relação ao capital total e, como tal ampliação não pode se dar sem o recurso ao crédito por razões óbvias relacionadas ao tamanho da planta e montante de recursos exigidos para dar conta das exigências técnicas, é desencadeada uma tendência quase automática ao crescimento do financiamento desse processo via emissões acionárias (cf. CIPOLLA e PINTO, 2010, p. 5).

Fora do campo das críticas – e, portanto, dentro do grupo daqueles que defendem a ideia de financeirização – se encontram os analistas conhecidos como o grupo da Monthly Review, cujas principais referências para a discussão sobre a explosão financeira se encontram presentes já na década de 1970, em especial nos trabalhos de Harry Magdoff, Paul Sweezy e Paul Baran, que visualizam como tendências da acumulação capitalista no século XX uma queda na taxa de crescimento, uma expansão dos monopólios multinacionais e o processo de financeirização.

Seguindo esta tradição, Foster e Magdoff (2009, p. 77) definem a financeirização do capitalismo como “*the shift in gravity of economic activity from production (and even from much of the growing service sector) to finance*”, entendendo este processo como uma das grandes questões contemporâneas. O eixo da discussão – lançada pela velha guarda da Monthly Review e aceita pela nova geração de autores ligados ao grupo – é o

de que, em economias capitalistas maduras, a presença de monopólios e grandes oligopólios, na medida em que limita a concorrência de preços, provoca uma tendência expansiva do excedente que não pode ser absorvido pela esfera da produção, resultando em sua estagnação. Isso faz com que o capital busque refúgio na esfera da circulação, em particular em atividades financeiras especulativas, de modo que o processo de financeirização emerge da sobreacumulação verificada na esfera produtiva. É justamente o transbordamento de excedente nesta última esfera que leva à explosão financeira, fazendo da financeirização uma espécie de válvula de escape aos problemas de acumulação enfrentados no âmbito da produção.

Baseando-se nesta visão de como se constitui o processo de financeirização, a interpretação dos teóricos da Monthly Review parece conferir sentido às críticas sugeridas pelos filiados à teoria dos ciclos de Kondratiev, que criticamos anteriormente. De fato, atribuir a explosão financeira a um esgotamento das possibilidades de acumulação na esfera produtiva pode, com razão, suscitar debates pautados pela verificação de que o produto mundial apresenta tendência de crescimento nas últimas décadas, invalidando a percepção de estagnação e, portanto, a origem do processo de financeirização assumida por esses autores. Além disso, um corolário importante que pode ser vislumbrado a partir da tese da sobreacumulação é o de que, uma vez que o recurso ao financeiro se dá apenas em períodos em que se verifica a sobreacumulação, tão logo esta última se desfça, se desfaz também o recurso à finança, fazendo do processo de financeirização algo não estrutural e naturalmente reversível. Aliás, parece ser justamente esta a maior debilidade da tese da sobreacumulação: fazer do recurso à finança algo meramente conjuntural. No mesmo erro incorrem Cipolla e Pinto (2010) com sua percepção de que a explosão financeira está ligada ao crescimento do financiamento em função do incremento do capital fixo no capital total, tal como visto anteriormente. Ambas as visões tiram de cena o caráter estrutural apresentado pelo processo de financeirização. Não se trata de um fenômeno cíclico, mas de algo permanente e irreversível,⁸ assim como são irreversíveis as contradições que apresenta.

⁸ Com isto não queremos dizer que o processo não possa ser superado, mas tão somente que dificilmente podem ser desmantelados os elementos que o constituem, uma vez que a financeirização não diz respeito apenas a um setor da economia ou ao fato de que mais lucros estão sendo investidos na esfera financeira, mas refere-se à explosão de mecanismos financeiros por detrás dos quais estão envolvidas as mais altas frações de classes capitalistas e suas respectivas instituições financeiras. Trata-se, portanto, de um jogo não apenas econômico, mas também político e ideológico, em cujo fundo são absolutamente privilegiados os

Não se deve supor que, findo o período em que se verifica a sobreacumulação e, assim, abertos novos espaços de valorização na esfera produtiva, cessará o recurso à finança. Nem tampouco se deve supor que, iniciada uma fase descendente do ciclo e eliminada a importância relativa do capital fixo no capital total, estarão também desfeitas as paixões que conduzem à exacerbação ou ao avultamento da lógica financeira.

Partindo de um sentido de causação inverso ao dos teóricos da sobreacumulação, os pós-keynesianos entendem que é a expansão do setor financeiro que provoca problemas na esfera produtiva – e não os problemas na esfera produtiva que conduzem à explosão financeira, como indica o grupo da Monthly Review. Nessas bases, a figura do rentista aparece como uma entidade econômica parasita no sentido de que alimenta a esfera financeira em detrimento da produtiva, de modo a induzir a uma queda do investimento, do produto, do emprego e da renda, que só pode ser corrigida pela intervenção do Estado na tentativa de regular o movimento especulativo do capital, seja através do rebaixamento do nível da taxa de juros, seja através da imposição de limites à atividade bancária por meio da definição de exigências para as reservas bancárias e para o direcionamento do crédito, por exemplo. O resultado esperado a partir desse tipo de política econômica é o de uma ampliação dos investimentos produtivos e, conseqüentemente, uma ampliação do produto, do emprego e da renda.

Talvez a principal lacuna desta corrente seja a de enxergar uma contradição entre a acumulação real e a especulação financeira, perdendo de vista as interações espontâneas existentes entre as empresas financeiras e não financeiras e, inclusive, relegando a ideia de que mesmo as empresas não financeiras passam a ter papel de destaque em operações de caráter especulativo, como veremos mais adiante. Neste sentido, a perspectiva pós-keynesiana abandona a dialética, presente em Marx, de um capital financeiro funcional e disfuncional ao mesmo tempo, isto é, funcional no sentido de que adianta recursos para que o capital produtivo possa ser posto em circulação, acelerando, portanto, a própria rotação do capital, e disfuncional porque, ao mesmo tempo em que se alimenta dos lucros produzidos na esfera da produção sem de fato gerá-los, apresenta-se como uma possibilidade de acumulação que concorre com a produtiva, potencializando uma situação de crise.

interesses de determinadas classes que se beneficiam do processo. Esta observação está em linha com a definição de “finança” que fazem Duménil e Lévy (2004 e 2010).

Analisadas brevemente algumas críticas à proposta de que o capitalismo contemporâneo é caracterizado pelo processo de financeirização, bem como algumas perspectivas teóricas que corroboram com esta ideia, embora sob uma abordagem diferente da nossa, passamos agora ao tratamento de algumas interpretações importantes a respeito das transformações ocorridas no sistema capitalista mundial no pós-1970 que nos conduzem à definição do processo de financeirização tal qual o compreendemos.

Do imediato pós-guerra até os anos iniciais da década de 1970 a economia mundial caracterizava-se por uma dinâmica ascendente e virtuosa conhecida como “os anos de ouro do capitalismo”. Concluído esse período, o quadro se inverte e as economias avançadas do globo, seguidas evidentemente pelas economias periféricas, passam a enfrentar uma espécie de espiral descendente e a vivenciar profundas e frequentes crises, especialmente de caráter financeiro⁹. Este giro repentino de 180°, que conduz a economia mundial do topo ao vale, tem, evidentemente, razão de ser.

A primeira interpretação para esse movimento que pretendemos aqui expor é aquela desenvolvida por Robert Brenner em seu *O Boom e a Bolha*. O objetivo declarado de Brenner (2003) – inclusive no próprio título da obra – é explicar qual é a verdadeira natureza da expansão econômica norte-americana nos anos 1990 – cravada num contexto de duradoura estagnação internacional entre 1973 e 1995 –, como se deu a formação da bolha no mercado de ações a partir daí e os desdobramentos em termos de declínio cíclico quando do estouro da bolha.

Para cumprir com tal objetivo, o autor parte justamente da análise do longo declínio – ou do período de crescimento lento iniciado por volta de 1973 –, na tentativa de compreender até que ponto seus elementos estão ainda em funcionamento, seja de maneira direta ou indireta. Mais propriamente, a questão que se coloca é: o que muda na década de 1970 para que essas novas tendências se apresentem? Ou seja, quais foram as

⁹ A caracterização das crises capitalistas recentes como sendo crises financeiras não é consenso na literatura marxista recente sobre o tema. Há uma importante corrente de analistas (ver, por exemplo, Caputo, 1998 e 2007) que ressalta o predomínio do capital produtivo em relação às outras formas de capital e que, por isso, entende que as crises têm sua origem nas condições de produção e realização das mercadorias, sendo resultado da tendência à superprodução mundial que decorre da concorrência. O que leva tais autores a reforçarem o predomínio do capital produtivo é a ideia de que só assim não se perde de vista o núcleo da análise marxista acerca das relações de dominação do capital sobre o trabalho. De nossa parte, como não compartilhamos da percepção de que as teses sobre a financeirização como um todo conferem pouca importância a tais relações de dominação, não nos opomos àqueles que visualizam a irrupção das crises recentes a partir da esfera financeira. Esperamos que as razões para tal adesão sejam aclaradas um pouco mais adiante.

forças que não só converteram o longo boom pós-guerra (verificado do final de 1940 ao início de 1970) em declínio, como sustentaram essa fase depressiva, marcada por uma sucessão de recessões e crises financeiras, até meados da década de 1990?

O argumento que conduz a discussão é o de que esse período de estagnação foi determinado pela existência de um excesso de capacidade no setor manufatureiro internacional, que, combinado a uma queda acentuada da lucratividade das empresas do setor não financeiro – algo que aparece, inclusive, como consequência imediata do próprio excesso de capacidade –, foi responsável por minar o crescimento econômico e, portanto, dificultar a retomada do dinamismo. Neste sentido, Brenner (Ibid., p. 77) esclarece que os estímulos keynesianos levados a cabo pela economia norte-americana tiveram como consequência a perpetuação do excesso de capacidade e de produção, impedindo que a depressão pudesse atuar no sentido de “limpar o terreno” para novos períodos de expansão, como historicamente acontece.

O cenário que se desenhava no momento era, então, caracterizado por crescimento dos investimentos, elevação dos preços das ações e queda da lucratividade. Quanto a isso, Brenner (Ibid., p. 20) aponta, mais especificamente, que o boom que se segue ao período de estagnação não foi resultado de lucros (verificados ou esperados) crescentes, mas sim do acesso das corporações a financiamentos de baixíssimo custo, o que levou a um excesso de investimento e de capacidade, de modo que teria sido a bolha no mercado de ações norte-americano – com especial ênfase para os setores de alta tecnologia, como é o caso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) – a responsável pela explosão global, sustentada pela alta demanda advinda da expansão da economia dos EUA.

Esta análise aproxima Brenner daqueles que defendem a financeirização como uma saída à sobreacumulação. Esta aproximação se reforça quando o autor reconhece que a ascensão do setor financeiro pode ser atribuída à depressão sofrida pelo setor de manufaturados na década de 1980, uma vez que tal depressão levou a uma realocação de capital para a atividade financeira (BRENNER, 2003, p. 131). Embora tenhamos questionado anteriormente os argumentos desenvolvidos por esta corrente – e não abrimos mão da crítica, de modo que ela pode ser aqui estendida a Brenner – não é este o ponto sobre o qual pretendemos voltar nossa atenção. O que nos importa aqui é o relato acerca de como a bolha no mercado de ações alimenta o boom. A este respeito, o autor

mostra que a alta nos preços das ações cria um efeito de prosperidade que estimula artificialmente a demanda. Tal estímulo é artificial justamente porque a subida nos preços das ações também o é, uma vez que ocorre através de um aumento no endividamento corporativo, isto é, as empresas levantam recursos via empréstimos justamente para efetuar a recompra de suas próprias ações no mercado, recolocando-as mais tarde a um preço evidentemente mais alto. Então, o preço das ações sobe exatamente porque a retirada de ações do mercado cria a ideia de que as mesmas são escassas e, portanto, de que a demanda por elas é alta, o que estimula a ideia subjacente de que a demanda é alta porque a empresa é lucrativa e, assim sendo, a rentabilidade oferecida pelas ações tenderia a ser elevada. Ocorre que isto pode ser falso, ilusório, uma vez que a subida nos preços das ações foi criada artificialmente.

Em nossa visão, encontra-se aqui o principal argumento de Brenner: a percepção de que a expansão das economias norte-americana e mundial verificada a partir de meados da década de 1990 deixa de ser garantida pelos déficits keynesianos do governo e passa a ser conduzida pelos déficits privados (de empresas e famílias), que só são possíveis em função do crescente valor das ações. Ocorre que o valor dos ativos vai se distanciando em muito do crescimento dos lucros, comprimidos pelo excesso de capacidade e pela queda de produtividade. Portanto, não há uma melhora na economia real que justifique a subida nos preços das ações. O que se configura é, na verdade, uma bolha financeira. O movimento que Brenner descreve, portanto, é o desatrelamento entre preços das ações e lucros (ou a desconexão entre o aumento da riqueza em papéis e o crescimento da produção), isto é, o fato de que o aumento dos primeiros se dá independentemente do que ocorre com os segundos. Deste modo, a aceleração da compra de ações ocorre, pura e simplesmente, em função da expectativa de que os seus preços subam mais, sem nenhuma consideração pelas taxas de retorno das empresas.

Partindo de outra perspectiva, Duménil e Lévy (2003 e 2004) apontam que as mudanças fundamentais que determinam as alterações de rumo da economia, isto é, uma revolução técnico-organizacional e alterações nas políticas e nos mecanismos monetários e financeiros, bem como das rendas financeiras, são comandadas por crises estruturais no sistema e, portanto, já se fizeram presentes em outros momentos históricos do capitalismo, como é o caso, por exemplo, das crises de 1880-1890 e de 1929.

Entretanto, embora haja esse reconhecimento de que aquelas alterações são recorrentes e estão, portanto, “no DNA” da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, os autores percebem que, desde os anos 1980, há um conjunto de novos elementos que devem ser levados em conta e que justificam a noção de “nova fase”. Dentro desse conjunto, talvez os aspectos mais importantes a serem ressaltados sejam: i) as alterações técnico-organizacionais ocorridas em outros momentos estavam assentadas numa ampliação da produtividade do trabalho dada por mudanças nos métodos e na organização da produção introduzidas, por exemplo, pelo taylorismo/fordismo; em contrapartida, os processos mais recentes contam com uma mudança guiada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação e assentada muito mais numa ampliação da produtividade do capital,¹⁰ que, em conjunto com o lento crescimento da produtividade do trabalho, comanda a elevação da taxa de lucro necessária para a superação da crise dos anos 1970; ii) a primeira hegemonia da finança, ocorrida entre o fim do século XIX e a crise de 1929 (e interrompida pelo “compromisso keynesiano” estendido do New Deal até o final dos anos 1970), se caracteriza pela transformação na relação entre o setor financeiro e o produtivo, de modo que *“a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função”* (Duménil & Lévy, 2003, p.31).¹¹ Ocorre que, no caso da segunda hegemonia da finança desenhada nos marcos do neoliberalismo das últimas décadas, além de ser válida essa mesma percepção esboçada por Duménil e Lévy, se apresenta um fato novo que é a constituição de um espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, para usar um termo dos próprios autores, e além disso, caracterizada pela separação entre a propriedade e a gestão do capital, o que fortalece de maneira ainda mais intensa uma mudança profunda nas relações de propriedade capitalista e, conseqüentemente, na repartição das rendas.

Chesnais (2003) parece compartilhar da mesma percepção apontada por Duménil e Lévy e aprofunda a análise centrando-se na discussão acerca do que seria e como funcionaria

¹⁰ Quando levamos em consideração a ideia de que o capital (entendido aqui, como é o caso, como capital constante) não produz valor algum, apenas transferindo valor às mercadorias em cuja produção atua, e que, portanto, só o trabalho (capital variável) é capaz de gerar valor novo, o conceito de “produtividade do capital” utilizado por Duménil e Lévy em sua construção torna-se bastante questionável. Contudo, os próprios autores esclarecem que a expressão refere-se à relação produto/unidade de capital, isto é, produto/dólar de capital fixo. Trata-se, portanto, de uma medida, de modo que não deve ser extraído dela nenhum outro significado além deste. A este respeito, ver Duménil e Lévy (2004, cap. 4).

¹¹ Vale mencionar que essa ideia de exterioridade em relação à produção está também presente em Chesnais (2005), autor cujo trabalho será abordado a seguir.

um regime de acumulação com dominância financeira, com destaque para a importância assumida pelo capital fictício e pela consequente e recorrente formação de bolhas financeiras ligadas à exacerbação desse tipo de capital. Sua tentativa principal é entender se essa transformação recente é algo estrutural e sistêmico e, portanto, generalizável para a economia mundial como um todo ou se se trata apenas de uma espécie de conjuntura econômica longa.

O autor trata desse regime definindo-o como um regime de acumulação conduzido pela “*dominação interna e internacional do capital financeiro*” (Ibid., p. 46), que adquire um significativo poder de se autonomizar em relação à esfera real e que passa a se concentrar nas formas de fundos de pensão e de aplicação financeira que têm por detrás de si um importante aparato institucional – constituído especialmente no decorrer dos últimos 40 anos – no sentido de garantir a segurança das operações realizadas nesses mercados.

As linhas de argumentação anteriormente desenvolvidas dão vazão à noção de que a financeirização, seguindo Lapavitsas (2011), representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras, ou uma mudança da economia rumo ao setor financeiro, definição a partir da qual o autor oferece um quadro bastante preciso de quais seriam os traços fundamentais deste processo:

First, large non-financial corporations have reduced their reliance on bank loans and have acquired financial capacities; second, banks have expanded their mediating activities in financial markets as well as lending to households; third, households have become increasingly involved in the realm of finance both as debtors and as asset holders (LAPAVITSAS, op. cit., p. 2).

A partir desses pontos, Lapavitsas (op. cit., p. 13) nota que a abordagem de Hilferding é validada pelo predomínio das grandes corporações multinacionais na economia mundial ainda hoje, mas já não consegue explicar a habilidade que essas grandes corporações têm adquirido no sentido de financiar seus investimentos sem recorrer pesadamente à figura dos bancos, de modo que aquela noção de capital financeiro – entendido como a fusão entre o capital industrial e o capital bancário – apontada por Hilferding em seus escritos perde sentido no momento atual.

Os mecanismos que eximem as empresas não financeiras do recurso aos bancos envolvem a retenção de seus próprios lucros e, em maior medida, o acesso aos mercados financeiros abertos, enormemente facilitado pela flexibilidade conferida às operações

realizadas e pelo baixo custo das mesmas, fazendo com que “[...] *monopoly capitals have become 'financialised', i.e., they are more independent from banks and more heavily involved in financial activities on their own accounts*” (Ibid., p. 14).

Esse movimento força os bancos a reestruturarem suas atividades, voltando-se com maior vigor para as famílias e indivíduos – que se apresentam como importantes fontes de lucratividade, uma vez que a ampliação dos mecanismos de crédito faz com que parte significativa de suas rendas passe a ser dedicada ao pagamento de juros – e para as atividades de mediação financeira através das quais os bancos recebem taxas e comissões. O impacto dessa reestruturação é o que Lapavitsas identifica como a “financeirização dos rendimentos do trabalho” resultante do crescimento dos empréstimos tomados para o pagamento de hipotecas, gastos com educação, saúde, bens de consumo, etc., assim como com a aquisição de ativos financeiros tais como fundos de pensão, seguros, dentre outros, revelando o extenso movimento de privatização do consumo dos trabalhadores, que, além do mais, passa a contar, quase que infalivelmente, com a mediação do sistema financeiro. Deste modo se configura a extração de lucros por parte dos bancos e demais instituições financeiras diretamente dos salários em lugar da mais-valia. Esta seria a característica mais gritante e mais perniciosa do processo de financeirização que emblematiza a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.

3. Situando o debate

O primeiro questionamento que aparece diante das teses lançadas anteriormente é: o imperialismo, tal como descrito pelos teóricos marxistas que se debruçaram sobre esse tema durante o primeiro quarto do século XX, permanece vivo? Suas características são as mesmas percebidas pelos teóricos “clássicos”?

A resposta intuitiva inicial que temos a oferecer é a de que as relações econômicas internacionais são, ainda hoje – e com mais vigor do que no passado –, pautadas pela ação imperialista empreendida por determinadas estruturas capitalistas através da intensificação do movimento de capitais, sustentando a necessidade de que estas estruturas definam o plano mundial como sua esfera de atuação. Portanto, o entendimento é o de que ainda estamos sob as bases de um imperialismo capitalista, embora o “imperialismo contemporâneo” divirja do “imperialismo clássico”, não no

sentido de se opor a ele, mas no sentido de sua complexificação, dado que o capitalismo passa a apresentar traços ainda inexistentes no período de análise sobre o qual os teóricos clássicos se debruçaram. Constitui-se, assim, uma nova fase do imperialismo, algo que Sotelo Valencia (2007, p. 36) denomina “neoimperialismo”, isto é, “*la fusión de los rasgos del imperialismo clásico (1860-1989) con las nuevas cualidades y formulaciones que asume el imperialismo contemporáneo (1990-2006)*”, que tem o neoliberalismo como sua base de sustentação, não apenas em termos ideológicos, mas também político-concretos.

Assim sendo, a partir do momento em que compreendemos o capitalismo como um modo de produção que evolui e que, por isso, pode, ao longo do tempo, assumir diferentes formas históricas mantendo intacto seu conteúdo, podemos entender o imperialismo como uma fase particular do capitalismo – tal como propunha Lenin – que comporta dentro de si vários momentos históricos. Deste modo, aquela que corresponde à definição clássica do imperialismo teve sua vigência do início do século XX até a queda da URSS em 1989-91 e a nova fase do imperialismo teria se constituído deste momento até o presente.

Tal perspectiva é perfeitamente compatível com a proposta de Lenin, para quem o sentido de uma “fase superior do capitalismo” estava vinculado à ideia de uma fase contemporânea (a seu tempo, evidentemente), de uma fase recente e não de uma fase final, da última fase, depois da qual nada mais poderia existir. Sotelo Valencia (2007, pp. 18-19) recorre aos trabalhos de Beinstein (2001) e Bernis (1988) para defender essa percepção, com a qual, dado o exposto, concordamos.

Além disso, Lenin (2009, p. 125) afirma:

[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.

Se tomamos como correta a percepção de Lenin, podemos daí apreender que, como o monopólio é ainda predominante, e como uma estrutura econômica e social mais elevada ainda não se constituiu, ainda estamos sob a vigência do imperialismo, que, no momento atual, se apresenta com uma nova roupagem.

Isto posto, emerge a segunda e principal questão proposta em nossa agenda: se a constituição de uma nova fase do capitalismo traz à tona a conformação de uma nova fase do imperialismo, seria correto afirmar que a teoria da dependência carece de atualização? Ou seja, uma vez que os elementos condutores do processo de acumulação no período atual se renovam e se complexificam, dando origem ao que podemos chamar de “nova fase do capitalismo”, e que esse desenvolvimento – no sentido de processualidade e não de avanço – leva a uma redefinição/ampliação daqueles que seriam os traços essenciais do imperialismo contemporâneo, seria correto falar também em uma “nova fase da dependência”? Dadas aquelas alterações mais gerais no âmbito do capitalismo (e do imperialismo) mundial, alteram-se os traços definidores da dependência vivida pelos países periféricos, em especial os da América Latina?

Em sua formulação original, a teoria da dependência trata da constituição de três formas históricas de dependência,¹² a saber:

- 1) A *dependência colonial*, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias;
- 2) A *dependência financeiro-industrial* que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo, de modo que a produção nos países dependentes é destinada à exportação; e
- 3) A *dependência tecnológico-industrial*, que se consolida na década de 50 baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Neste caso ocorre que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente.

Nossa proposta inicial (ou a resposta intuitiva inicial feita à segunda questão aqui incitada) é a de que, considerando corretas as teses favoráveis à constituição de uma nova

¹² Essa distinção foi feita a partir de Dos Santos (1970).

fase do capitalismo, com destaque para a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital especialmente a partir dos anos 1970-1980, nos parece que se constitui, nesse mesmo momento, uma nova forma histórica da dependência, aquela que seria sua quarta forma histórica.

Sendo assim, e entendendo a teoria da dependência como um complemento às teses do imperialismo, torna-se lícito afirmar que, se o imperialismo tem alteradas as suas características, devemos nos dedicar a entender o que se altera nas economias dependentes. Isto é, se temos uma nova fase do capitalismo e uma nova fase do imperialismo, temos também, necessariamente, uma nova fase da dependência, de modo que tal atualização/recharacterização não só é conveniente como também necessária.

Como bem reconhece Cardoso (1976, p. 103), *“como complemento a la teoría del imperialismo, la teoría de la dependencia necesita, por cierto, que se revise continuamente la periodización de la economía capitalista mundial y la caracterización de la etapa actual del imperialismo”*. Neste tocante, Sotelo Valencia (2007, p. 31) afirma de modo conclusivo:

Observación atinada la de la necesidad de que los conceptos (abstractos) corresponden a situaciones histórico-concretas y, por ende, tienen la imperiosa necesidad de ser redefinidos constantemente en función de la periodización – y de los cambios que se gestan – del desarrollo del capitalismo en tanto modo histórico de producción que va experimentando transformaciones desde la fase cooperativa y la imperialista, pasando por la Gran Industria y su fase manufacturera hasta su actual configuración informática.

A grande questão é, portanto, a de como se estabelece a dependência dada essa nova configuração do capitalismo, essa sua nova fase ou esse novo e peculiar momento histórico. Cabe questionar qual o papel da periferia nesse contexto, quais são as características e determinantes da dependência nessa sua nova fase e, com isso, se as categorias desenvolvidas por Ruy Mauro Marini no corpo da teoria marxista da dependência ainda conseguem explicar o desenvolvimento periférico e se são ainda válidas dentro desse novo contexto do capitalismo e do imperialismo mundial.

4. Referências Bibliográficas

- BEINSTEIN, Jorge (2001). *Capitalismo Senil – A grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record.
- BERNIS, Gérard de (1988). *El capitalismo contemporáneo*. México: Editorial Nuestro Tiempo.
- BLOMSTRÖM, Magnus & HETTNE, Björn (1990). *La Teoría Del Desarrollo en Transición*. México. Fondo de Cultura Económica.
- BRENNER, Robert (2003). *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovich (1917/1984). *A economía mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).
- CAPUTO, Orlando Leiva (1998). *Crisis Asiática y Economía Chilena en la Globalización*. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/orlando.htm>.
- _____ (2007). “La Economía Mundial y América Latina a Inicios del Siglo XXI”. In: *Revistas de Economía Mundial*, 16, pp. 81-106.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias (2004). “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1976). “Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia”. In: BAGÚ, Sergio et.al. *Problemas del subdesarrollo latino-americano*. México: Nuestro Tiempo, 1976.
- CASTAÑEDA, Jorge & HETT, Enrique (1978). *El economismo dependentista*. México: Siglo XXI.
- CHESNAIS, François (2003). “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- _____ (2005). “O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- CIPOLLA, Francisco Paulo e PINTO, Geane Carolina Rodrigues (2010). “Crítica das Teorias da Financeirização”. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política*, 1 a 4 de junho. São Luis: Sociedade Brasileira de Economia Política.
- CUEVA, Agustín (1974). “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. In: *Historia y Sociedad*, n.3, México.
- DOS SANTOS, Theotônio (1970). The Structure of Dependence. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York.
- _____ (1980). *Imperialismo y Dependencia*. México: ERA.
- _____ (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique (2003). “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- _____ (2004). *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- _____ (2010). “A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, S. et. al. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda.
- FOSTER, John Bellamy e MAGDOFF, Fred (2009). *The Great Financial Crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review Press.
- HILFERDING, Rudolf (1910/1985). *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).
- HOBSON, John A. (1902). *Imperialism, a study*. New York: James Pott and Co.
- KAUTSKY, Karl (1914/2009). “O imperialismo”. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). Rio de Janeiro: Record.
- LAPAVITSAS, Costas (2011). “Theorising Financialisation”. In: *Work, Employment & Society*, forthcoming.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich (1917/2009). *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro.
- LUXEMBURG, Rosa (1912/1985). *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

- MARINI, Ruy Mauro (1977). *La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo*. In: Cuadernos Políticos, n.12, abril-junio. México: Ediciones ERA. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm.
- _____ (1990). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente.
- _____ (1991). *Dialéctica de la Dependência*. México: Ediciones Era. Disponível em [available at]: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>.
- _____ (2000). *Dialéctica da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- MARTINS, Carlos Eduardo (1999) “Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência”. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 5, dezembro, pp. 121-138. Rio de Janeiro.
- OSORIO, Jaime. (2009) “Dependência e superexploração”. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo.
- PAULANI, Leda Maria (2009). “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 66.
- SOTELO VALENCIA, Adrian (2007). *El Mundo del Trabajo en Tensión. Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdes Editores.
- _____ (2009). Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo.